

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

A HISTÓRIA E O PROBLEMA DE SUA DIVISÃO.

MAURÍCIO TRAGTEMBERG

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Plano de aula para alunos de nível colegial:

- a) . — exposição e crítica da periodização contida na Teoria das Três Idades e sua vinculação à teoria do progresso;
- b) . — exposição da reação contida na teoria cíclica da história sistematizada por Spengler;
- c) . — exposição da divisão temática da história econômica na obra de Max Weber e
- d) . — Conclusão Geral.

Para desenvolver tal plano poderá o professor recorrer às seguintes fontes:

Ernest Cassirer, *La filosofía de la ilustración* — capítulo V. Edição Fondo de Cultura Económica. México.

Oswald Spengler, *Le declin de l'Occident*, 2 volumes, Edição Gallimard, Paris. (Consultar a parte relativa à Introdução).

René Hubert, *Las ciencias sociales dans l'Encyclopédie* — Ed. Felix Alcan. Paris.

Mircea Eliade, *Le mythe de l'éternel retour* — Ed. Gallimard. Paris.

Max Weber, *História econômica general*. Fondo de Cultura Económica. México.

Nossa época caracteriza-se por ser eminentemente crítica. Assim, não aceita *a priori*, sem estudar seus fundamentos, divisões que aparentemente, por sua coerência interna e aceitação universal, passam por indiscutíveis.

Em outras palavras, queremos referir-nos às divisões de épocas históricas que trazem em si juízos de valor, ou melhor, onde não se deu uma diferenciação mais rigorosa entre juízos de valor e juízos de realidade.

Ao afirmar que a divisão clássica da história é concebida em termos de Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna, exprimo um juízo de realidade. Porém, ao afirmar que necessariamente a Idade Média deve representar um progresso em relação à Idade Antiga, e a Idade Moderna em relação à Idade Média, formulo um juízo de valor: *eis que, vinculo a teoria das três idades à idéia do progresso linear.*

Após os estudos à respeito dos fundamentos sociais das idéias realizados por Mannheim em *Ideologia e Utopia* e por Myrdal em *Aspectos políticos da teoria econômica*, é impossível ao historiador moderno deixar de fazer uma auto-crítica de seus conceitos.

Em termos historiográficos, a teoria das Três Idades não seria uma visão ocidental do processo histórico? Que diz tal divisão a um indú do período maruhya, a um inca ou a um nosso contemporâneo primitivo, tão bem estudado por Firth e Pritchard?

Tal etnocentrismo, isto é, impregnarmos com *ossos* valores *outros* períodos da civilização, possui longa tradição no pensamento histórico; assim, Goethe e Winckelman projetaram a imagem de uma Grécia apolínea, clássica e racionalista, onde tudo é medido pelos padrões da escola que pertencem: o classicismo germânico; por sua vez, os autores da *Encyclopédie*, nos legaram uma visão da Idade Média alicerçada na historiografia liberal, concebida em termos de barbárie, ignorância e superstição.

Sòmente a reavaliação crítica da Grécia efetuada por Jaeger e Willamovitz e da Idade Média feita por Duhem e Cohen, possibilitou-nos uma visão mais objetiva de tais problemas.

Após lançarmos tal preliminar, analisaremos a doutrina das Três Idades e sua importância para a historiografia.

A divisão tradicional da história obedece ao seguinte esquema:

Pré-história, dividida em:	{	Período eolítico de	1.000.000 a.C.	a	300.000 a.C.
		Paleolítico inferior	300.000 a.C.	a	25.000 a.C.
		Paleolítico superior	25.000 a.C.	a	10.000 a.C.
		Neolítico	10.000 a.C.	a	1.200 a.C.
	Antigüidade Oriental	4.000 a.C.	a	1.200 a.C.	
	Antigüidade Clássica	1.200 a.C.	a	476	
	Idade Média	476	a	1.453	
	Época Moderna	1.453	a	1.789	
	Época Contemporânea	1.789	até os dias de	hoje.	

Esta divisão obedece ao esquema das Três Idades que nada mais é do que o fruto da elaboração mental de um monge franciscano, morto em 1202:

“primeiro pensador do calibre de Hegel, que rompe com a imagem dualística de Santo Agostinho (Cidade de Deus e Cidade do Diabo), opondo um terceiro elemento, o Cristianismo nôvo de seu tempo à religião da Antigüidade e do Nôvo Testamento, estabelece os reinos do Pai, do Filho, do Espírito Santo, abalando profundamente os melhores franciscanos e dominicanos, Dante e São Tomás” (*).

(*) . — In Oswald Spengler, *ob. cit.*

Para Gioachino de Fiore, as épocas do Pai, do Filho, do Espírito Santo, revelam uma nova dimensão do tempo histórico, permitindo um aperfeiçoamento progressivo da humanidade na última fase (do Espírito Santo). *Temos aí, a doutrina das Três Idades vinculada à idéia do progresso*. Tal atitude foi secularizada nos escritos de Turgot e Condorcet, filósofos da Ilustração.

Com Turgot, Condorcet e Voltaire, seculariza-se as doutrinas das Três Idades do monge franciscano, num sentido racionalista onde a *história é a da razão no tempo*.

Opondo-se à historiografia da Ilustração francesa aparece a teoria dos ciclos históricos, tão velha quanto o mundo. Aparece nos *Upanhishads*, em Ovídio e Vico, recebendo sua sistematização na obra de Spengler *A decadência do Ocidente*.

A teoria cíclica da história de Spengler implica na rejeição de:

- a). — uma história linear e a periodização tradicional;
- b). — uma vinculação entre a história e a noção de progresso;
- c). — do ponto de vista que vincula o processo histórico com a própria razão.

Por sua vez, Spengler estabelece a categoria de *cultura* que atravessa sua primavera, verão, outono e inverno e *civilização* entendida como decadência da cultura.

Nega êle a transmissão cultural, postulando que hoje para nós é impossível reconstruir o clima psicológico em que vivia o grego no século V a.C., pois êste grego morreu. O que nos restou da cultura grega? Responde êle, formas *mortas*, documentos, monumentos, obras de arte, porém a unidade *viva* constituída pelo homem da época, *morreu*.

Daí cada cultura legar a outra, formas mortas.

Para Spengler, o nascimento de uma cultura aparece vinculado a um estilo vigoroso: o dórico na cultura clássica, o gótico na ocidental moderna. Às vezes o estilo é acompanhado de um mito grandioso, como a religião vedanta na Índia, poemas homéricos na Grécia e os mitos germânicos na Europa.

O primeiro estágio de uma cultura liga-se à *terra*. Ao Estado aristocrático liga-se o nascimento das cidades, dá-se a luta entre a nobreza e os vassallos, isto se dá na China no período Chu (1.300-800 a.C.) e na Europa com as Cruzadas (período gótico).

Com a *cidade* surge uma nova fase na cultura. Na Grécia é o período jônico (650-300 a.C.), o desenvolvimento da cidade-estado que culmina com Péricles, em Roma, pela substituição dos reis etruscos pelos patrícios, seguida da luta entre êstes e os plebeus.

Na civilização ocidental moderna, tal período é prenunciado pelo barroco, estruturado no desenvolvimento das cidades francesas e ita-

lianas. O período termina com a Revolução Francesa e a vitória do Terceiro Estado. Na China, isto se dá na fase derradeira do período Chu (800-500 a.C.) que termina com a queda desta dinastia em 441 a.C.

A *civilização* entendida como decadência da *cultura*, no sentido spengleriano, aparece com as cidades unidas à burguesia contra a nobreza. Na arte é o período dos “grandes mestres”, dos arquitetos e escultores gregos do século V a.C., os grandes pintores da escola italiana e flamenga, os compositores alemães e os “enciclopedistas” franceses.

O dinheiro se *desliga* da terra. E’ o período dos “Estados em Luta”, é a fase pela qual passou o Egito entre 1.780 a.C. e 1.580 a.C. que culmina com a invasão dos hicsos, é o período que culmina no mundo clássico com Queronéia (338 a.C.) e os Gracos (133 a.C.).

O período dos “Estados em Luta” termina com o surgimento do Estado-Império, o mundo é dirigido por um Estado-Único, esta última fase da civilização é o período do cesarismo, do vikingismo. E’ o período do cosmopolitismo das grandes urbes, da cidade mundial que nega a cultura ligada à terra, chamando-a de *província*. Não há país, município ou cidade, há apenas cosmopolitas e provincianos.

A urbe cosmopolita gera o nômade intelectual, o homem sem raízes na terra que já não encontra sentido na perpetuação da espécie; daí o declínio da natalidade nos grandes centros urbanos, doutrina Spengler.

Dá-se a decadência do espírito criador; donde em Alexandria e Roma preferirem os “dramalhões” a Sófocles e os pintores inventarem novos estilos para ludibriar o povo.

No terreno da religião aparece a diferença entre cultura e civilização. A primeira é caracterizada pela religiosidade espontânea, a segunda, pelo enrijecimento da religião ocasionando o surgimento de uma reforma religiosa: aí aparecem Pitágoras, Maomé ou Cromwel. A decadência da cultura se dá com o surgimento do puritanismo e racionalismo, é quando surge simultaneamente nos mesmos estágios civilisatórios: Confúcio e Buda, Sócrates e Rousseau, o desenvolvimento do materialismo, o culto a Serapis em Alexandria e Isis em Roma, constituindo-se nos “ismos” da época.

O mito do saber, neste período liga-se ao otimismo racionalista e a um intenso ceticismo, isso origina o surgimento do mito de Pan-Ko na China em 200 a.C., as doutrinas de Vischnu-Shiva na Índia a 300 a.C., o cesarismo do império chinês como o romano, originando o culto do Imperador. A religiosidade das massas transforma-se numa religião de *felahs*, com o aparecimento do budismo, confucionismo

e taoísmo na China e islamismo no Oriente. E' por esta razão que o século XIX apresenta o quadro da união entre dinheiro, parlamentarismo, democracia e as massas à procura de uma nova religiosidade.

A divisão *temática* da história em tērmos econômicos se deve a Max Weber, que apresenta as seguintes classificações:

- a). — economia de consumo;
- b). — sociedades agrárias (englobando das civilizações orientais ao período feudal);
- c). — comércio pré-capitalista (dos fenícios ao renascimento europeu);
- d). — capitalismo comercial (do século XV em diante);
- e). — capitalismo industrial (do século XVIII em diante).

A economia de consumo, caracterizaria segundo Max Weber, os regimes de economia natural, da Idade da Pedra ao surgimento do Estado. As sociedades agrárias seriam as formações econômicas da Antigüidade Oriental e Clássica ao mundo feudal europeu.

As sociedades caracterizadas pelo comércio pré-capitalista englobariam a Antigüidade Oriental e Clássica até o século XV europeu.

O período do capitalismo comercial caracterizaria a economia européia após o século XV com o predomínio das Monarquias Ibéricas e posteriormente Holanda e Inglaterra.

O período do capitalismo industrial compreenderia a faixa das transformações tecnológicas que se deram após a Revolução Industrial com suas repercussões na Ásia, África e América.

Em suma, temos em Max Weber, uma explicação temática do processo histórico, onde o fator econômico constitui o "ponto crucial" (Bacon) como núcleo explicativo de uma realidade histórica.

CONCLUSÃO.

Da teoria das três idades da "Ilustração" francesa, podemos rejeitar a tese do progresso linear da humanidade. No entanto, resta-nos algo positivo, a idéia que a história da humanidade é a história de um progresso *acumulativo*, onde uma civilização lega algo a outra. Em outros tērmos, a geometria euclídeana, o cálculo integral e diferencial, a máquina a vapor, constituem um patrimônio da civilização, constituem elementos do *processo acumulativo*.

Da teoria cíclica, podemos rejeitar o abuso que faz dos paralelismos históricos e das analogias entre os organismos vegetais e os organismos culturais, estes mais complexos do que aquêles.

Da divisão temática, podemos aceitar a explicação de *tipos* de formação histórico-econômicos, levando-nos a juízos qualitativos.